

Roosevelt Pinheiro



Foi uma sessão especial: centenas de crianças lotaram o Plenário do Senado, ocupando até mesmo os lugares dos senadores. Fizeram discursos e apresentaram suas propostas para preservar o meio ambiente – a Agenda 21 Infantil. **Página 7**

Gerardo Magela



**MOBILIZAÇÃO** Líderes do governo e da oposição se reúnem com Renan e prometem esforço para decidir logo a LDO

## Líderes decidem colocar LDO em votação hoje

Reunidos com o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, líderes partidários decidiram que será votado, hoje, a partir das 11h, o projeto da Lei de

Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. O exame da proposta foi suspenso na última sessão do Congresso devido a um impasse com a bancada do Rio de Janeiro.

**Página 2**

## Reforma eleitoral pode ser enviada à Câmara dia 31

Mesa do Senado anuncia aprovação terminativa da proposta na Comissão de Justiça e abre a contagem do prazo para recurso.

**Página 3**

## Senado muda MP da Escola de Fábrica

Alteração obriga proposta a voltar ao exame dos deputados, obstruindo a pauta da Câmara

Medida provisória aprovada ontem, na forma de projeto de conversão, permite a formação profissional de jovens de baixa renda que estejam matriculados na educação básica regu-

lar e passem a frequentar cursos profissionalizantes em escolas instaladas em fábricas. Beneficiários têm direito a bolsa-auxílio de R\$ 150 por mês, paga pelo governo federal.

**Página 3**

## Costa Neto: campanha de Lula usou caixa dois

Ao depor na CPI do Mensalão, o presidente do PL, ex-deputado Valdemar Costa Neto, confirmou que os R\$ 6,5 milhões que recebeu do esquema de Marcos Valério destinaram-se, integralmente, ao ressarcimento de gastos que teve na campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, no segundo turno, em São Paulo, onde o candidato não ia bem.

**Buratti alega doença e pode não depor hoje**

Advogado de Rogério Buratti, ex-secretário de Ribeirão Preto que acusou o ministro Antonio Palocci, informa que seu cliente pode não comparecer hoje à CPI dos Bingos.

**Páginas 4 e 5**



Ao participar de seminário em Brasília, o vice-presidente do Senado, Tião Viana, defendeu o fim dos "garrafas" que impedem o desenvolvimento. **Página 5**

Moreira Almeida

# Agenda

## Plenário homenageia Érico Veríssimo

O centenário de nascimento do escritor Érico Veríssimo será comemorado em sessão especial às 10h. Ele é autor da saga *O Tempo e o Vento* e do romance *Incidente em Antares*. É pai do também escritor e cronista Luís Fernando Veríssimo. Às 11h, está prevista sessão

conjunta do Congresso para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no Plenário da Câmara. Às 14h, os senadores retomam a discussão de propostas de emendas constitucionais e não a da MP do Bem, como foi publicado na edição de ontem.

## Genro de Roberto Jefferson depõe hoje

A CPI dos Correios promove reunião administrativa a partir das 9h. Às 11h30, o colegiado ouve o genro do ex-presidente do PTB Roberto Jefferson, Marcus Vinícius Ferreira, acusado de ser os "olhos

e os ouvidos" do deputado nos Correios, onde são investigadas denúncias de cobrança de propina aos partidos políticos em troca de fraudes nas licitações da estatal.

## Consórcios públicos e biodiesel

Na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), às 9h30, proposições que autorizam o Executivo a criar novas universidades e projeto que normatiza os consórcios públicos (PLS 533/03). Às 10h, a Comissão

de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) vai discutir as experiências de produção familiar do biodiesel em andamento no país. Entre os convidados, o diretor-presidente da Brasil Ecodiesel.



## Habitação é tema de audiência na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promove audiência pública hoje, às 9h30. Em discussão, os investimentos em habitação na região Nordeste. A reunião do colegiado conta com a presença do diretor de Normas do Banco Central, Sérgio Darcy Alves; do vice-presidente de Desenvolvimento Urbano e Governamental da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda, entre outros convidados.

## Fundos de pensão e Rogério Buratti

A CPI do Mensalão vai ouvir, em caráter reservado, diretores dos fundos de pensão de estatais, como a Previ e a Petros. Os fundos são acusados de favorecer investimentos no Banco Rural e no Banco BMG, que emprestaram dinheiro a Marcos Valério. Às 11h30,

está previsto o depoimento de Rogério Buratti na CPI dos Bingos. Ele foi assessor do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, quando este era prefeito de Ribeirão Preto, e denunciou o pagamento de propina a Palocci por empresas de limpeza.



## Agenda do presidente

Às 13h, o presidente do Senado, Renan Calheiros, participa de almoço da bancada do PMDB com o ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner. Às 14h, Renan comparece ao Encontro Nacional de Vereadores e, às 18h, à cerimônia de lançamento do livro *Paulo Affonso Martins de Oliveira: o Congresso em Meio Século*. Além disso, preside as sessões do Congresso e do Senado.

## Audiovisual em debate

Às 10h, a Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social discute a Lei do Audiovisual com representantes do cinema. Foram convidados Gustavo Dahl, presidente da Agência Nacional do Cinema; Roberto Farias, coordenador-geral do Fórum do Audiovisual e do Cinema; Wolney Oliveira, da Associação dos Produtores de Cinema do Norte e Nordeste; entre outros.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



ACORDO Reunião presidida por Renan Calheiros (C) com as lideranças partidárias decidiu colocar a matéria em votação a partir das 11h

# Congresso vota hoje projeto da LDO para 2006

■ Antes, porém, parlamentares devem resolver problema ligado ao governo do Rio de Janeiro

Reunidos com o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, líderes partidários do Senado e da Câmara decidiram que será votado hoje, a partir das 11h, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. O projeto já esteve na pauta do Congresso na semana passada, mas a sessão foi suspensa porque o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) ameaçou pedir verificação de quórum se o governo federal não resolvesse um problema do governo do Rio de Janeiro. O deputado é ligado ao ex-governador do Rio Anthony Garotinho, marido da atual governadora, Rosinha Matheus.

O deputado exigiu que o governo retire o estado do Rio do Cadastro de Controle de Cré-

dito do Setor Público (Cadip). A inscrição nesse cadastro vem impedindo o repasse de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para obras do metrô carioca. Na noite de ontem, a assessoria do deputado informou que o problema ainda não havia sido resolvido.

Para que a sessão prossiga depois de um eventual pedido de quórum, devem marcar presença 14 dos 81 senadores e 86 dos 513 deputados. Se a verificação ocorrer durante a votação da LDO, que exige quórum qualificado, é necessária a presença de metade mais um dos deputados e senadores.

A LDO deveria ter sido votada pelo Congresso até o fim de junho, pois ela contém normas que o Executivo deve seguir na elaboração do Orçamento da União para 2006, que será remetido ao Congresso até o fim deste mês. Para evitar que o Congresso entrasse em recesso em julho, o que poderia desmobilizar as CPIs, a oposição impediu a votação da LDO em julho. Nos últimos dias, houve impasse entre o governo e a bancada ruralista, que queria ver atendidas promessas feitas durante o "tratoração" de junho, em Brasília.

Os líderes decidiram ainda que serão votados quatro pedidos de crédito feitos pelo presidente da República, entre eles um que beneficia a merenda escolar. Acertaram também que o Congresso se reunirá no dia 30 deste mês para votar cerca de 400 vetos presidenciais em projetos que saíram do Congresso. A votação é feita pelos parlamentares em uma lista, depois de recomendações das bancadas.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Lara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 3311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670  
**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



## Reforma eleitoral pronta para ir à Câmara

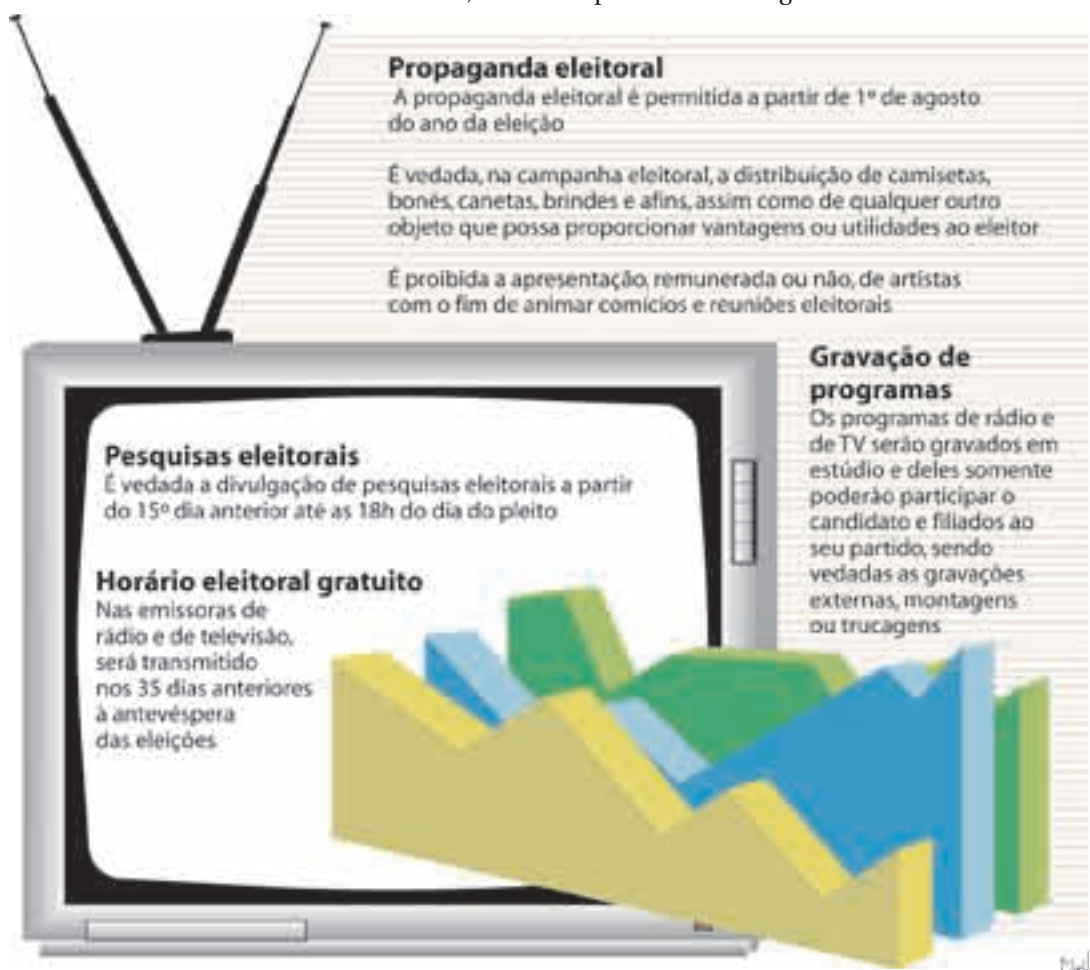
A aprovação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do substitutivo ao projeto de lei que modifica dispositivos da legislação eleitoral foi anunciada ontem, no Plenário do Senado, em decisão terminativa, após dois turnos de votação. Se a apreciação da matéria em Plenário não for reivindicada

por, no mínimo, nove senadores, nos cinco dias úteis após a publicação da decisão no *Diário do Senado*, a expectativa é de que siga para a Câmara dos Deputados na quarta-feira.

As novas regras só poderão vigorar nas próximas eleições, marcadas para 1º de outubro de 2006, se a lei for publicada

no *Diário Oficial* até o dia 30 de setembro.

O substitutivo do senador José Jorge (PFL-PE) ao projeto de lei (PLS 275/05) que estabelece normas para as eleições, do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), foi acolhido com várias modificações em relação à proposta original.



# Senado modifica MP do projeto Escola de Fábrica

Com a alteração, a proposta de incentivo à profissionalização de jovens voltará a ser examinada na Câmara

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de conversão da medida provisória (MP 251/05) que criou o projeto Escola de Fábrica, o que obrigou a matéria a voltar ao exame dos deputados. A MP passará a obstruir a pauta da Câmara, uma vez que foi assinada pelo presidente da República há mais de 45 dias.

A proposta é destinada a permitir a formação profissional de jovens de baixa renda que estejam matriculados na educação básica e passem a frequentar cursos profissionais em escolas instaladas em galpões ou salas de fábricas. Eles terão direito a uma bolsa-auxílio, paga pelo governo, no valor de R\$ 150 por mês. Os cursos terão aulas de cinco horas por dia, com duração mínima de seis meses e máxima de 12, e os alunos devem ter entre 16 e 24 anos.

Além do projeto Escola de Fábrica, a MP 251/05 cria outros dois atrativos para a educação de jovens – o Programa de Educação Tutorial (PET) e a bolsa-permanência para os alunos do Programa Universidade para Todos (ProUni).

O PET busca estimular a iniciação científica dos jovens, que serão treinados por tutores especializados. Os tutores têm de ser professores universitários com doutorado (excepcionalmente, de mestrado).

Já a bolsa-permanência visa evitar que os alunos deixem o ProUni, programa de auxílio financeiro para estudantes de instituições privadas de ensino superior. A modificação no Senado, que fez a MP retornar à Câmara, foi aceita pelo relator-revisor, senador Romeu Tuma (PFL-SP), e autoriza o governo a dividir uma bolsa em duas ou quatro bolsas parciais.

A votação da MP desobstruiu a pauta do Plenário do Senado. Apesar de dez matérias constarem da ordem do dia de ontem, por acerto partidário, somente foi discutida a mudança do nome da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Sete propostas de emenda à Constituição já estão prontas para exame a partir de hoje no Plenário. Entre elas, a votação final da licença-maternidade para trabalhadoras que adotarem crianças. Faz parte ainda da lista a prorrogação, até 2016, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que legalmente terminaria no próximo ano.

## Arthur Virgílio diz que apresentará emenda à PEC

Durante a quarta sessão de discussão da proposta de emenda à Constituição (PEC 59/04) que altera o nome da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) comunicou ao Plenário que apresentará emenda na próxima sessão para corrigir uma imperfeição jurídica na proposta.

Arthur Virgílio, que é o primeiro signatário da PEC, afirmou que a denominação de zona franca já não serve mais para a região, que se tornou “um pólo industrial de alta definição tecnológica”.

– Essa etapa de zona franca

já está superada. Essa denominação passa a imagem de mero entreposto comercial. Lá não se pratica mais esse tipo de atividade econômica. Não há mais importação, tudo é produzido na região – argumentou o parlamentar, pedindo aos senadores apoio para a matéria.

O projeto recebeu parecer favorável do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nos termos de substitutivo. No relatório, Alvaro Dias defende a mudança do nome para Pólo Industrial de Manaus, uma vez que já há outros pólos industriais na região da Amazônia.



Presidente do PL diz que recebeu R\$ 6,5 milhões do esquema de Marcos Valério para pagar dívidas da campanha do PT. José Agripino exige depoimento de José Dirceu. Ex-presidente do Banco Popular diz que gastos com publicidade foram normais

## Costa Neto confirma caixa dois na campanha de Lula

Ao depor na CPI do Mensalão, o presidente do PL, ex-deputado Valdemar Costa Neto, confirmou que os R\$ 6,5 milhões que recebeu do esquema de Marcos Valério destinaram-se, integralmente, ao ressarcimento de gastos que teve na campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, no segundo turno, em São Paulo, onde o candidato não ia bem.

– Na época, não tinha motivos para desconfiar da legitimidade do dinheiro prometido pelo PT, pois o partido parecia sério e confiável. Depois, ao receber pagamento em contagens, com cheques destinados a terceiros (a empresa Garanhuns) ou em dinheiro vivo, compreendi que eram recursos

de caixa dois – afirmou.

Valdemar Costa Neto também confirmou que participou de uma reunião, em 2002, na casa do deputado Paulo Rocha (PT-PA), em que foi negociada uma aliança entre PT e PL para as eleições presidenciais. Teriam participado da reunião os candidatos Lula e José Alencar, José Dirceu e Delúbio Soares, tesoureiro do PT. Segundo Costa Neto, na oportunidade ficou acertado um repasse de R\$ 10 milhões do caixa do PT para o PL.

– A negociação sobre dinheiro se deu diretamente entre mim e Delúbio, mas é evidente que Lula e Alencar sabiam do acordo e das cifras negociadas.

Ele negou, enfaticamente,

que tenha recebido os R\$ 12,8 milhões relacionados na lista entregue por Marcos Valério à CPI. Também disse que nunca houve "mensalão" na Câmara dos Deputados. Para ele, isso foi uma "cortina de fumaça" lançada pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) para esconder as evidências de sua corrupção nos Correios e no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

Costa Neto afirmou que, durante a campanha, nunca recebeu um centavo do PT, o que resultou na quebra de seu compromisso com os candidatos a deputados pelo PL, nos estados. "Negociei mal, deixei meu pessoal na mão", lamentou-se.



MARKETING Delcídio Amaral ouve Ivan Guimarães (D) dizer que gastos de R\$ 29 milhões com publicidade podem ser considerados normais e necessários

## Ex-presidente do Banco Popular explica publicidade

O ex-presidente do Banco Popular do Brasil Ivan Guimarães afirmou, em depoimento à CPI dos Correios, que os gastos da instituição com publicidade, cerca de R\$ 29 milhões em 2004, foram normais e necessários. A agência responsável pela publicidade do Banco Popular é a DNA, de Marcos Valério Fernandes de Souza.

– Estávamos começando. Os gastos com *marketing* eram necessários porque precisávamos construir uma marca, como é típico de uma empresa em nascimento – disse.

Guimarães explicou que não foi realizado processo licitatório para contratar a DNA porque o Banco Popular se utilizou de toda a estrutura do Banco do Brasil, e a agência de Marcos Valério já havia vencido uma licitação no BB. Os serviços incluem propaganda em TV, rádio e anúncios em ônibus.

Ivan Guimarães, que é filiado ao PT e participou da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva

### Fundos de pensão depõem hoje

Os presidentes dos fundos de pensão Petros (Petrobras), Wagner Pinheiro; Previ (Banco do Brasil), Sérgio Rosa; e Funcef (Caixa Econômica Federal), Guilherme Lacerda, se reunirão hoje, às 11h30, com integrantes da CPI do Mensalão.

Os presidentes dos fundos de pensão se apresentaram espontaneamente à comissão e serão ouvidos em sessão fechada.

à Presidência como captador de recursos, admitiu conhecer o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, mas negou que tenha sido indicado ao cargo por ele.

Questionado sobre os motivos que o levaram a pedir seu afastamento, Guimarães sustentou que se sentiu desconfortável após a imprensa noticiar que o PT estaria utilizando cargos no governo para fins políticos. Ele informou ainda que pretende deixar o partido.



REVELAÇÕES Ao lado de Ibrahim Abi-Ackel e Amir Lando, Costa Neto (C) diz que Lula e Alencar conheciam o acordo

## Agripino quer ouvir Luiz Gushiken e José Dirceu

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), disse que os parlamentares devem exigir do presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), o agendamento dos depoimentos dos ex-ministros Luiz Gushiken e José Dirceu e de diretores do Banco Rural. O senador pediu também que Paulo Okamoto venha prestar esclarecimento, assim como o doleiro Toninho da Barcelona.

O senador afirmou que Delcídio tem a obrigação de interpretar o pensamento médio dos parlamentares e ordenar

a convocação daqueles que podem trazer esclarecimentos. Ele disse desconfiar que a base governista esteja se utilizando de depoimentos para não chegar a conclusão nenhuma.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), reivindicou que Toninho da Barcelona e Luis Favre, marido da ex-prefeita Marta Suplicy, também sejam ouvidos e baseou seu pedido em matéria do *Correio Braziliense*, que aponta o envolvimento dos dois com a remessa de recursos ao exterior.

O senador Tasso Jereissati



AGENDAMENTO Agripino exige ainda os depoimentos de Toninho da Barcelona e Paulo Okamoto

(PSDB-CE) ressaltou que os fatos são graves, acrescentando que Favre deve dar explicações ao Congresso.

## CPI visita sede dos Correios e pede colaboração da diretoria

Os deputados José Eduardo Cardozo (PT-SP), Carlos Sampaio (PSDB-SP) e Gustavo Fruet (PSDB-PR), sub-relatores da CPI dos Correios, visitaram ontem a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Os membros da comissão foram recebidos pelo presidente da empresa, Janio Cezar Luiz Pohren, e por membros da diretoria.

Segundo o deputado José Eduardo Cardozo, os parla-

mentares relataram aos representantes da ECT que a CPI está encontrando dificuldades em processar algumas informações relativas à empresa, que teriam sido passadas de forma equivocada. Além disso, ofícios não teriam sido respondidos.

Cardozo disse que o presidente e diretores dos Correios garantiram que técnicos da empresa trabalharão para corrigir as falhas e colaborar com as investigações.



Jorge Bornhausen acusa ministro da Fazenda de ter omitido a realização de contratos quando era prefeito de Ribeirão Preto; Marcelo Sereno diz que não arrecadou recursos para campanhas

## Buratti não confirma novo depoimento à CPI dos Bingos

As atenções dos integrantes da CPI dos Bingos estiveram voltadas ontem para o advogado Rogério Tadeu Buratti, ex-secretário do então prefeito de Ribeirão Preto (SP) e atual ministro da Fazenda, Antonio Palocci. O advogado de Buratti compareceu à comissão para informar que o cliente está com problemas de saúde e que, provavelmente, não poderá comparecer ao depoimento marcado para hoje, às 11h30. O

presidente da CPI, Efraim Moraes (PFL-PB), afirmou que, se Buratti não depuser nesta semana, terá que passar por avaliação de médicos do Senado.

Antes da visita do advogado, Efraim Moraes comunicou que a secretaria da CPI não havia localizado Buratti para que este fosse comunicado, oficialmente, de seu novo depoimento. O senador observou que chegou a entrar em contato com a Polícia Federal para que localizasse Bu-

ratti, mas foi informado de que a PF também não sabia onde ele se encontrava.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) estranhou que o diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, desconhecesse o paradeiro de Buratti e advertiu para o fato de que essa conduta "parece até uma jogada, no sentido de tentar esvaziar os trabalhos da CPI".

A comissão aprovou requerimento do relator, Garibaldi

Alves (PMDB-RN), solicitando à Procuradoria Geral da República cópias de relatórios que identificaram 137 políticos e 411 funcionários públicos que teriam usado irregularmente contas CC-5 para enviar dólares ao exterior.

Foi aprovado ainda requerimento solicitando ao Ministério Público de São Paulo cópias do depoimento de Buratti, feito na sexta-feira, no qual acusa Antonio Palocci.



**PARCERIA** Tião Viana afirma que as PPPs são o caminho para retomar investimentos em infra-estrutura

### Viana destaca gargalos do desenvolvimento

"Não podemos continuar mais convivendo com os gargalos estruturais que sufocam e inibem o nosso desenvolvimento." A declaração foi feita pelo senador Tião Viana (PT-AC), vice-presidente do Senado, no encerramento do seminário "Viabilização dos Investimentos nos Setores de Transportes Rodoviários e Energia Elétrica", realizado ontem em Brasília e que reuniu parlamentares e empresários do setor.

Representando no evento o presidente do Senado, Renan Calheiros, que participava de reunião de líderes partidários no Congresso para discutir a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Tião Viana argumentou que a implantação do programa de parcerias público-privadas (PPPs) seria o grande caminho para retomar os investimentos em infra-estrutura. O modelo, segundo o senador, estaria alcançando grande sucesso em países como Inglaterra e Portugal.

Tião Viana ressaltou que o país precisa enfrentar pontos de estrangulamento em relação ao desenvolvimento. Citou, entre eles, os altos custos dos fretes rodoviários e marítimos. Lembrou ainda o drama vivido no segmento de energia elétrica, que não alcança 84% do campo brasileiro, o que prejudica uma população de 12 milhões de pessoas. Além desses aspectos, o senador criticou a situação de desperdício por falta de infra-estrutura adequada de energia e estradas, com forte impacto na lucratividade do agronegócio.

Em sua intervenção, Tião Viana informou aos participantes do evento que o Senado, mesmo com a crise política em torno das denúncias de corrupção, vem conseguindo votar todas as matérias prontas para apreciação. Na sua avaliação, o Senado é parceiro no esforço de desenvolvimento nacional.

## Sereno nega caixa dois na Loteria do Rio

Ex-assessor especial da Casa Civil da Presidência da República e ex-secretário nacional de Comunicação do PT, Marcelo Sereno negou ontem, na CPI dos Bingos, a existência de caixa dois na Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj), com o objetivo de viabilizar campanhas eleitorais em 2002.

Ele disse que "jamais" manteve contato com Waldomiro Diniz durante a última campanha eleitoral, ao mesmo tempo em que negou que Waldomiro fosse uma espécie de elo entre as campanhas à Presidência da República de Lula e de Anthony Garotinho, com vistas a um possível apoio deste último a Lula, no segundo turno.

Marcelo Sereno também negou que tenha ajudado a canalizar recursos para a campanha de Garotinho em troca desse virtual apoio político, bem como para outras candidaturas. Em depoimento na CPI dos Correios, Luiz Eduardo Soares, candidato a vice na chapa de Benedita da Silva, garantiu que Sereno era um dos principais arrecadadores de recursos para campanhas eleitorais.

"Nunca", "não" e "jamais" foram as palavras mais usadas ao longo do depoimento, o que irritou os senadores. Protegido por *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal, que lhe garantiu o direito de ficar calado diante de perguntas que poderiam comprometer-lo



**ACAREAÇÃO** Efraim Moraes afirma que Marcelo Sereno (E) deverá ficar frente a frente com outros depoentes na CPI que apura irregularidades nos bingos

em futuras ações judiciais, Marcelo Sereno negou que tenha sido tesoureiro da campanha de Benedita da Silva ao governo do Rio.

O ex-assessor – que já teve seus sigilos bancário, fiscal e telefônico quebrados pela CPI – declarou ainda que nunca ouviu falar no nome de Rogério Buratti.

#### Acusação

O presidente da CPI, Efraim Moraes, informou que a ex-secretária de Finanças da prefeitura de Campina Grande (PB) Aleni Rodrigues revelou ao Ministério Público da Paraíba ter entregue R\$ 600 mil a Marcelo Sereno. Ainda de acordo com Efraim, Aleni afirmou que Sereno lhe teria dito que o dinheiro seria repassado para o então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. Aleni foi secretária municipal na gestão da petista

Cozete Barbosa.

Sereno alegou que a acusação é falsa. Respondendo a Arthur Virgílio (PSDB-AM), garantiu que José Dirceu nunca pediu que ele arrecadasse dinheiro.

Efraim acredita que Sereno deve ser convocado novamente para participar de acareações com outros envolvidos. Sobre as acusações de Buratti contra o ministro da Fazenda, o presidente da CPI ponderou que é cedo para saber se Palocci deve ou não ser convocado para depor.

Já o relator da comissão, Garibaldi Alves, informou que o advogado de Buratti disse que o cliente está debilitado, mas que deseja falar. Também participaram do depoimento os senadores Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Flávio Arns (PT-PR).



**CORO** Jorge Bornhausen reproduziu em discurso acusações do prefeito do Rio de Janeiro, César Maia

### Bornhausen: Palocci omitiu contratos

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) acusou o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de ter omitido, em entrevista no domingo, contratos realizados quando era prefeito de Ribeirão Preto. O senador citou em discurso denúncias do prefeito do Rio de Janeiro, César Maia.

– Segundo dados do *Diário Oficial* de Ribeirão Preto, Maia afirmou que existem nove contratos sem licitação e dez outros com licitação entre a prefeitura de Ribeirão e a empresa Leão e Leão – assinalou Bornhausen.

A Leão e Leão está envolvida nas acusações de corrupção que pesam sobre o ministro da Fazenda. Rogério Buratti, que foi secretário de governo de Ribeirão Preto e diretor da Leão e Leão, disse que a empresa pagava propina de R\$ 50 mil mensais a Palocci para se beneficiar em contratos com a prefeitura.

# Projeto do governo deve agilizar decisões do Cade

■ Informação é de Arthur Badin, que teve ontem sua indicação para o colegiado aprovada pela CAE

Proposta a ser encaminhada, em breve, pelo governo ao Congresso prevê drástica redução do tempo destinado ao pronunciamento dos órgãos de defesa econômica sobre fusões e aquisições de empresas em que estejam envolvidos riscos para a livre concorrência. A decisão será tomada antes que as operações se concretizem e deve demorar apenas 25 dias nos casos mais simples, chegando ao máximo de 180 dias nos processos complexos.

A informação foi prestada ontem por Arthur Badin, em reunião da Comissão de

Assuntos Econômicos (CAE) que aprovou sua indicação ao cargo de procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Vinculado ao Ministério da Justiça, o órgão é responsável pelo julgamento dos chamados atos de concentração – quando uma empresa adquire outra e passa a deter parcela grande do mercado –, entre outros processos que envolvam infrações contra a ordem econômica.

Especialista em Defesa da Concorrência e Regulação pela Fundação Getúlio Vargas, Badin admitiu aos senadores que o caso da compra da Garoto pela Nestlé foi um “exemplo deletério” de demora. Mais de dois anos após a aquisição, o Cade determinou a anulação da compra, levando a Nestlé a recorrer da decisão na Justiça.

Badin, que ocupava a chefia

de gabinete da Secretaria de Defesa Econômica (SDE), também vinculada ao Ministério da Justiça, afirmou, em resposta ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que a entidade não identificou riscos de concentração econômica na compra das operações de produção de suco de laranja da Cargill pelas empresas Cutrale e Citrosuco. Mas admitiu que há indícios de “conduta concertada” entre o conjunto das indústrias do setor em relação aos fornecedores do produto *in natura*, o que, segundo ele, merece ser investigado.

Relatada pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), a mensagem (211/05) que indica Badin para o Cade será submetida agora ao Plenário. Comentaram a indicação os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

J. Freitas



**ADESÃO** Dirigentes da UNE e de entidades de jovens entregam a Renan Calheiros manifesto em favor da proibição da venda de armas de fogo

## Renan comenta referendo com embaixadora da África do Sul

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a embaixadora da África do Sul, Lindiwe Daphne Zulu, com quem conversou sobre o referendo para decidir se será ou não proibida a venda de armas de fogo no país.

No encontro, o senador explicou que a campanha para o referendo será iniciada em 1º de setembro e terminará no dia 20 do mesmo mês, devendo a consulta popular ser realizada em 23 de outubro.

Renan também falou sobre a consulta popular com o núncio apostólico, dom Lorenzo Baldisseri. Após o encontro, o embaixador do Vaticano informou aos jornalistas que, por tratar-se de um tema delicado, o senador queria saber qual é a posição da Santa Sé.

– Como representante do Papa, eu disse que a Igreja tem a sua doutrina fundamentada, em primeiro lugar, na legítima defesa. Agora, os meios para se defender, efetivamente, as armas de fogo, não facilitam

uma legítima defesa, porque podem incrementar ainda mais a criminalidade ou casos de violência. As armas têm que ser proibidas.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ainda o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Petta, acompanhado de representantes de outras entidades de jovens, que lhe entregaram moção pelo desarmamento.

### Defesa das armas

O deputado Alberto Fraga (PFL-DF), defensor da venda de armas, afirmou que há pesquisas indicando que os cidadãos, após serem informados sobre o referendo, tendem a se posicionar pela venda de armas. Ele preside a Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa.

– O foco da questão não é o desarmamento, inclusive porque isso já foi votado. O foco é a proibição do comércio de armas de fogo; trata-se da supressão de um direito do cidadão – argumentou Fraga.

Jane Araújo



**ESTÍMULO** Senadores da CAE, presidida por Luiz Otávio (E), discutem mensagem que beneficia ex-colônia africana

## Aprovado perdão de dívida de Moçambique

Como parte do reescalonamento da dívida global de US\$ 331,7 milhões de Moçambique com o Brasil, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável a autorização ao governo para conceder o perdão do pagamento de 95% desse valor. Os termos do contrato seguem acordo no âmbito do Clube de Paris para reestruturação de dívidas de ex-colônias africanas.

A relatora *ad hoc*, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), enfatizou que Moçambique é um país extremamente pobre, com cerca de 70% de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza. A mensagem do Executivo vai ao Plenário.

Foram acolhidos também pareceres favoráveis a duas operações de crédito, uma das quais autoriza o Banco

Célio Azevedo



**SOCORRO** Ana Júlia destaca que 70% da população de Moçambique vive abaixo da linha de pobreza

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a contratar crédito de US\$ 60 milhões com o Nordic Investment Bank, visando financiar, parcialmente, a segunda fase do Programa Multissetorial NIB II. A outra se refere a empréstimo no Banco Mundial (Bird), no valor de US\$ 12,1 milhões, para financiamento parcial do

projeto de assistência técnica ao Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável (Pace). As duas matérias seguem para votação em Plenário.

O presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), comunicou o recebimento de ofícios dos ministérios da Fazenda e de Minas e Energia confirmando que a prefeitura de São Paulo, entre outras, não realizou consulta prévia para ampliar cláusulas de contrato de investimentos em iluminação pública, no âmbito do Programa Reluz.

A CAE volta a se reunir hoje, às 9h30, para avaliar as aplicações obrigatórias dos recursos de poupança na região Nordeste, por requerimentos de Aelton Freitas (PL-MG) e Sérgio Guerra (PSDB-PE).

## Iris de Araújo elogia postura de Antonio Palocci

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) elogiou, ontem, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, “por ter oferecido prontamente uma satisfação à população”. Ela se referia à entrevista dada pelo ministro no domingo, quando ele desmentiu as acusações de corrupção feitas pelo ex-assessor Rogério Buratti.

Iris de Araújo também defendeu os candidatos a vereador que não foram eleitos ano passado devido à resolução do Tribunal Superior Eleitoral que reduziu o número de cadeiras nas câmaras municipais. A resolução determinou que a

Roosevelt Pinheiro



**RESPOSTA** Iris de Araújo afirma que o ministro da Fazenda ofereceu, prontamente, satisfação à sociedade

quantidade de vereadores seja proporcional à população de seus respectivos municípios.

Em razão de licença do senador Maguito Vilela, ela o substituiu, ocupando inclusive sua vaga na CPI dos Correios. Iris de Araújo recebeu as congratulações do presidente da Casa, Renan Calheiros, e de vários senadores.



**DENÚNCIAS** Valadares diz que partido exige a punição dos responsáveis pelo desvio de verbas

## Valadares destaca apoio do PSB à governabilidade

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou o 10º Congresso do PSB, realizado de 19 a 21 deste mês, em Brasília. No documento final, lido pelo senador, os participantes do encontro reafirmam o apoio do partido à "luta das esquerdas pelo compromisso ético com a justiça social".

O manifesto reitera o apoio do PSB à governabilidade, mas ressalva que os membros da legenda aguardam as apurações das comissões parlamentares de inquérito e da Justiça sobre as denúncias de corrupção.

– Na carta, condenamos a dilapidação do patrimônio ético-político – frisou ele.

Valadares assinalou que o documento do PSB "propugna pela punição dos responsáveis pelos desvios de recursos públicos e propõe mudanças no mecanismo de fiscalização de operações financeiras em todos os níveis de governo".

## Subcomissão amplia o debate sobre deficientes

A Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência aprovou a pauta do seminário "Acessibilidade em Debate". O evento, que será transmitido em videoconferência para as assembleias legislativas, faz parte da Semana de Valorização das Pessoas com Deficiência, que ocorrerá de 17 a 28 de outubro.

Também foram aprovados requerimentos dos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Flávio Arns (PT-PR). O primeiro visa agilizar o exame de projetos que tramitam no Senado em favor de pessoas deficientes. O outro propõe audiência com o ministro da Educação, Fernando Haddad, para tratar do transporte escolar para crianças com deficiência.

# Crianças ocupam os lugares dos senadores e apresentam suas idéias

■ Em sessão especial do Senado, estudantes debatem questões como o meio ambiente e o combate à violência

O Senado viveu ontem um momento diferente. Centenas de crianças lotaram as galerias, a tribuna de honra, a tribuna de imprensa e ocuparam até mesmo os lugares reservados aos senadores no Plenário e na Mesa diretora. A sessão especial, requerida pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF), trouxe à Casa estudantes de escolas públicas e particulares de Brasília e de vários estados, para apresentar a Agenda 21 Infantil. O documento é o resultado da conferência "Criança Brasil no

Milênio", um fórum itinerante que já vem circulando o país há alguns anos e reúne crianças de seis a 13 anos.

A Agenda 21 Infantil traz as conclusões formuladas pelas crianças sobre questões consideradas relevantes para este século. As principais reivindicações do documento são o cultivo do respeito e da solidariedade, a preservação do meio ambiente, o combate à violência e à discriminação contra as mulheres e contra os negros, o fim da prostituição e do trabalho infantil, a melhoria dos sistemas de saúde e de educação no Brasil, a gestão responsável das águas e o combate à poluição, entre outros.

– A aposta em nossas crianças tem que começar pela redução da fome e da miséria. Para

acabar de vez com o trabalho infantil e garantir uma vida digna para elas, é preciso enfrentar a exclusão e a injustiça social – analisou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Várias crianças apresentaram, em breves pronunciamentos, os principais objetivos apontados pela Agenda 21 Infantil. Em seguida, alguns senadores dirigiram questionamentos aos estudantes.

### Formação de caráter

Paulo Octávio destacou que o caráter do ser humano é construído, em grande parte, na infância, "quando ela busca se espelhar nos pais e nos professores e incorpora em sua formação as atitudes que recebe".

Cristovam Buarque (PT-DF) pediu a opinião das crianças sobre como deveria ser gasto o

dinheiro do governo. Elas apontaram a educação e a saúde como prioridades.

Tião Viana (PT-AC) leu uma poesia de um menino de rua de Curitiba. Entre os versos, o poeta escreveu: "Para vocês, academia; para nós, delegacia; para vocês, piscina; para nós, chacina... Para vocês, tá bom, felicidade; para nós, igualdade".

Arthur Virgílio (PSDB-AM) concluiu que "fica desmentido que o povo brasileiro não aprecia a política. O que o povo não aprecia são os maus políticos".

No final da sessão, a estudante Weilla Hãwykyderi Karaja, de origem indígena, recebeu do senador Paulo Octávio, que presidia a Mesa, um certificado de participação na conferência, em nome de todas as outras crianças.



**CIDADANIA** Crianças de várias partes do país participam de sessão especial, requerida pelo senador Paulo Octávio (D)

## Em pauta, meio ambiente e violência

Na sessão especial destinada a difundir as propostas da Agenda 21 Infantil aos senadores, predominou o interesse das crianças nas grandes questões da Humanidade, como a preservação do meio ambiente, o fim da violência e o respeito à vida. A sessão contou com dezenas de crianças, entre indígenas, estudantes do Distrito Federal e filhos de senadores, entre seis e 13 anos de idade. Elas ocuparam a tribuna para fazer rápidos discursos e, depois, responderam a perguntas dos senadores.

O processo de elaboração da Agenda 21 Infantil foi iniciado há cinco anos e envolve

centenas de crianças de todo o país. Foi idealizado pela Organização de Proteção Ambiental (OPA), em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e batizado de Conferência Criança Brasil no Milênio (CCBM). A sessão especial foi pedida pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF).

### A voz das crianças

A menina Carolina Rodrigues chamou a atenção para o cuidado com as nascentes dos rios. Yonara de Souza Gomes afirmou que a falta de emprego e de amor próprio leva as mulheres a se prostituírem.

Marcos Vinícios Fernandes Bastos salientou que vir ao Senado é uma oportunidade de divulgar as idéias das crianças. Bruna Duarte Costa chamou a atenção para a necessidade de se conscientizar as pessoas sobre os problemas causados pelo desmatamento.

Divino Veríssimo, coordenador da Agenda 21, acredita que, a partir dessa iniciativa, será possível ampliar o processo de articulação da sociedade em torno das demandas infantis. Para ele, o Congresso, por ter feito o Estatuto da Criança e do Adolescente, tem força para promover um compromisso real



Roosevelt Pinheiro

com os direitos da cidadania.

Paulo Quirola, diretor da Conferência da Criança Brasil no Milênio (CCBM), disse ser necessário apoio institucional para que esses debates aconteçam também em nível estadual e municipal, pois o sucesso do projeto depende de se conseguir atingir o Brasil como um todo e fazer um mapeamento completo das idéias das crianças.

# Chamada telefônica pode ser controlada por medidor

■ É o que prevê proposta aprovada pela CI, que obriga a instalação de aparelho para medir gastos com ligações

As operadoras de telefonia fixa e móvel poderão ser obrigadas a instalar aparelho para medição do consumo do serviço. Projeto com esse objetivo foi aprovado ontem, na forma de substitutivo, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e deve voltar ao colegiado na próxima terça-feira, em turno suplementar de votação, para decisão terminativa.

O projeto (PLS 39/02), de au-

toria do então senador Arlindo Porto, altera a Lei 9.472/97 para permitir aos assinantes dos serviços o controle de suas chamadas locais e interurbanas. De acordo com o substitutivo apresentado ao projeto pelo relator, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) regulamentará as normas técnicas e definirá as punições e penalidades às empresas. Por sugestão do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), a gratuidade da instalação do equipamento também deve ser analisada pela Anatel. A proposta prevê ainda prazo de 180 dias, a partir da expedição das normas pela agência reguladora, para que as

empresas se ajustem à lei.

– O objetivo é proteger os usuários dos serviços telefônicos de cobranças abusivas, fato facilitado por não existirem meios práticos para se controlar os gastos com ligações telefônicas, diferentemente do que ocorre com outros serviços, como os de energia elétrica, água encanada e gás canalizado – observou Tourinho.

O relator afirmou que a transparência das cobranças merece muita atenção para que não sejam causados prejuízos à população. Segundo ele, por não existir possibilidade de controle por parte do usuário, os consumidores ficam “reféns das informações das prestadoras”.



Célio Azevedo

**EXATIDÃO** Projeto que determina a inclusão da informação entre as que devem constar dos rótulos das mercadorias foi aprovado pelos senadores da CMA

## Embalagem de produtos deve informar o peso

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem parecer favorável ao projeto que inclui o peso da mercadoria entre as informações que devem ser prestadas ao consumidor por ocasião da oferta e apresentação de um produto (PLC 53/04). A matéria, de autoria do deputado Celso Russomanno (PP-SP), foi relatada pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO) e terá que ser votada em Plenário.

O artigo 31 do Código do Consumidor determina que a oferta e a apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as mercadorias. E ainda sobre as características, qualidade,

quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem dos produtos, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e à segurança dos consumidores. A palavra “peso” foi inserida no projeto por meio de emenda apresentada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no fim de 2004, quando da análise da matéria.

Foram enviados ao arquivo pela comissão avisos com resultado de auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para apurar irregularidades na administração do Fundo de Investimentos da Amazônia e do Fundo de Participação PIS/Pasep, na cobrança de impostos sobre pedágios de vias públicas e nas obras de restauração da BR-020.



**CONCLUSÃO** Substitutivo de Tourinho volta à Comissão de Infra-Estrutura para decisão terminativa na terça-feira

## Arthur Virgílio contesta dados sobre emprego



Arthur Virgílio

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), rebateu os dados estatísticos sobre emprego divulgados pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Para Virgílio, é falsa a afirmação do governo de que durante os oito anos da administração Fernando Henrique Cardoso fo-

ram gerados, em média, apenas 8 mil empregos mensais, contra 100 mil no período de Lula.

Virgílio considerou que a taxa de crescimento de empregos formais divulgada por Lula, de cerca de 3%, como média em seu mandato, não pode ser correta, devido ao fato de o produto interno bruto (PIB), no mesmo período, ter registrado variação positiva de apenas 0,5%.

Segundo o senador, o Ministério do Trabalho e Emprego – utilizando a metodologia do Cadastro Geral de Desempregados e Empregados (Caged), alterada em janeiro de 2002 – em vez de dar início a uma nova série de dados, encadeou uma série antiga com uma nova, produzindo como resultado “uma mistura de jacaré com cobra d’água”.

## Mercadante confirma resultados positivos



Aloizio Mercadante

As discrepâncias nos dados sobre empregos gerados nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva levaram o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), a propor um debate mais aprofundado sobre o assunto. Ele admitiu

que o uso de metodologias distintas em estudos realizados pelo Ministério do Trabalho e pelo IBGE causou distorções na análise dos resultados, mas reafirmou que 2004 foi o ano de maior crescimento econômico do país na última década.

Para o líder, o desempenho do mercado de trabalho começou a melhorar com a liberação do câmbio, no segundo governo Fernando Henrique, registrando um salto em 2004 com a conquista de recordes nas exportações e na produção dos setores agrícola, automobilístico, siderúrgico, de papel e celulose e de bens de capital. Mercadante ponderou, no entanto, que muitos dos empregos contabilizados no período representavam a formalização de postos de trabalho informais.

## Estados e municípios terão de custear o ensino fundamental

Projeto da Câmara que torna estados e municípios igualmente responsáveis pelo ensino fundamental foi acolhido ontem pela Comissão de Educação (CE). O relator do PLC 87/04, Cristovam Buarque (PT-DF), disse que a aprovação do projeto é um passo para ampliar a responsabilidade pela educação das crianças brasileiras, hoje sob os cuidados apenas dos municípios.

Para José Jorge (PFL-PE), único a votar contra a proposta, a divisão de responsabilidade dificulta a aplicação da lei.

A comissão aprovou ainda projeto que isenta de impostos a importação de instrumentos musicais adquiridos por músicos (PLS 86/04). De autoria de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), a matéria estabelece que a venda indevida dos instrumentos adquiridos com a isenção sujeitará o beneficiário ao pagamen-



**APOIO** Relator na CE, Cristovam aplaude projeto que envolve os estados na educação das crianças

to do tributo dispensado.

Também foi acolhida proposição relatada por Flávio Arns (PT-PR) para transformar o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Federal do Paraná. Da mesma forma, foi aprovado parecer de Augusto Botelho (PDT-RR) à proposta de Valdir Raupp (PMDB-RR) que autoriza a criação da Universidade Federal Rural de Rondônia.